

BOLETIM

DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 05

2º TRIMESTRE DE 2021



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS



SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.

Boletim Desigualdade nas Metr opoles. Porto Alegre/RS, n. 05, 2021

Disponível em:

<<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/>>

*As manifesta es expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posi o das institui es envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata

Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr opoles

Pesquisador da Rede de Observatórios da D vida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Pesquisador do Núcleo RJ (coordena o nacional) do Observatório das Metr opoles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira

Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr opoles

INSTITUI ES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr opoles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Rede de Observatórios da D vida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Funda o PORTICUS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICA O E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)

imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br

(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunica o Observatório das Metr opoles

comunicacao@observatoriodasmetrosoles.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

Na média das metrópoles, a desigualdade - mensurada através do coeficiente de Gini - apresentou tendência de queda no último trimestre, mas em ritmo lento e ainda longe de ser suficiente para alcançarmos o patamar do início de 2020. No 2º trimestre de 2021 a média do Gini para o conjunto das metrópoles foi de 0,626, contra 0,632 registrado no trimestre anterior. Antes da pandemia, no 1º trimestre de 2020, a média do Gini era de 0,610.

2

No 2º trimestre de 2021 a média de rendimentos em nossas Regiões Metropolitanas alcançou o segundo pior nível de toda a série histórica: R\$ 1.326,34. Apenas no 1º trimestre de 2012 encontramos uma média de renda tão ou mais baixa (R\$ 1.323,23).

3

A queda consecutiva da média de rendimentos no conjunto das nossas Regiões Metropolitanas nos últimos 6 trimestres (desde o 4º trimestre de 2019) mais do que reverteu os ganhos obtidos nos anos anteriores, desde o 2º trimestre de 2017.

4

A recuperação do rendimento entre os mais pobres em nossas metrópoles tem se dado de modo lento e insuficiente para garantir uma rápida aproximação com o patamar anterior à pandemia. No terceiro trimestre de 2020 a renda média dos mais pobres era 34% menor do que a encontrada no último trimestre antes da pandemia (1º trim/2020). Desde então a média de renda deste estrato inferior vem se recuperando vagarosamente, de modo que no 2º trimestre de 2021 seus rendimentos médios ainda eram 22% menores em relação ao patamar imediatamente anterior à pandemia.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

5

Os mais pobres tiveram queda do rendimento médio per capita entre o 1º e o 3º trimestres de 2020, passando de R\$ 227,72 para R\$ 148,27, respectivamente. A partir do 4º trimestre daquele ano, verificamos uma elevação contínua de seu rendimento até o 2º trimestre de 2021, quando alcançou o nível de R\$ 177,32 – ainda longe do patamar do início de 2020.

6

O pior momento da pandemia (3º trimestre 2020) fez a renda média dos mais pobres chegar à 49% do valor mais alto já registrado na série histórica, no 1º trimestre de 2014. Ainda hoje, no 2º trimestre de 2021, a média de renda desse estrato corresponde à somente 58% daquela encontrada em 2014.

7

No 2º trimestre de 2021, 28,1% dos moradores (ou 23,5 milhões de pessoas) de nossas metrópoles viviam em domicílios cuja renda média per capita era de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Apesar da leve redução em relação ao trimestre anterior, quando essa taxa era de 29,4%, ainda estamos muito longe do cenário anterior à pandemia, quando essa cifra era de 24,5%.

8

Em termos absolutos, quando comparamos a situação atual (2º trimestre de 2021) com a de antes da pandemia (1º trimestre de 2020) ainda temos um saldo adicional de 3,2 milhões de pessoas abaixo da linha de $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo no conjunto das nossas metrópoles, o que corresponde a um pouco menos que a população de uma Região Metropolitana como Salvador ou Curitiba, ou pouco mais que a população do Distrito Federal.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI¹ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país². E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

1 Fundo Monetário Internacional.

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo³.

Em cada um dos boletins trimestrais, além das informações básicas, incluiremos blocos complementares sobre: desigualdade e escolaridade (1º trimestre), desigualdades raciais (2º trimestre), desigualdades de gênero (3º trimestre) e desigualdade

de oportunidades (4º trimestre).

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

3 Ver notas metodológicas, abaixo.

NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos, respectivamente, os gráficos da evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas⁴ e a evolução da média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini – o que permite observar melhor as tendências de longo prazo.

Na figura 1, o que se constata é que o coeficiente de Gini se manteve relativamente estável entre o início da série até o 2º trimestre de 2015, quando se elevou até o 1º trimestre de 2019, sendo seguido por uma tendência de queda até o 1º trimestre de 2020. Nos dois trimestres seguintes de 2020, no momento inicial da pandemia, ocorreu significativo aumento no Gini, alcançando o maior valor da série histórica: 0,644. A partir do

último trimestre de 2020 se percebe uma redução do coeficiente, contudo em valores bastante superiores aos registrados em 2019, antes da pandemia, sendo que no 2º trimestre de 2021 esse valor foi de 0,626, contra 0,603 registrado no quarto trimestre de 2019.

Ou seja, após uma súbita e acentuada elevação no início da pandemia, a desigualdade vem apresentando tendência de queda, mas em ritmo muito lento e ainda insuficiente para alcançarmos o patamar do início de 2020.

Na figura 2, fica evidenciado o comportamento de aumento contínuo do Gini entre o 3º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2020, assim como o aumento abrupto que ocorreu entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, o que aponta para a elevação expressiva das desigualdades de renda oriundas do trabalho no conjunto das Regiões Metropolitanas do país - decorrente da crise econômica existente desde 2015 e aprofundada pela Pandemia da Covid-19 a partir de 2020. A média móvel encontrada no 2º trimestre de 2021 – de 0,633 – é a primeira que aponta redução da desigualdade desde o início do período pandêmico, mas se trata ainda do segundo maior valor registrado na série histórica.

Na figura 3 está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas, agrupadas pelas macrorregiões

4 Isto é, primeiro calculamos o coeficiente de Gini para cada uma das RMs, em cada um dos trimestres/ano. Posteriormente, calculamos a média dos coeficientes em cada um dos trimestres/ano.

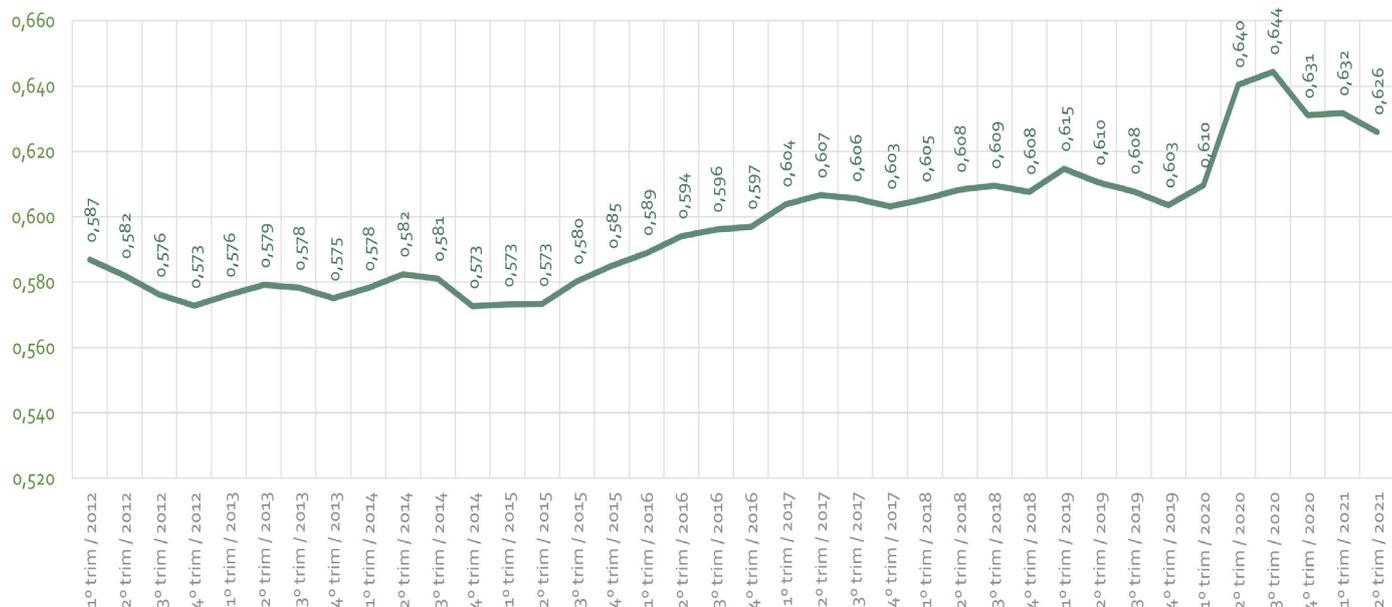


FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

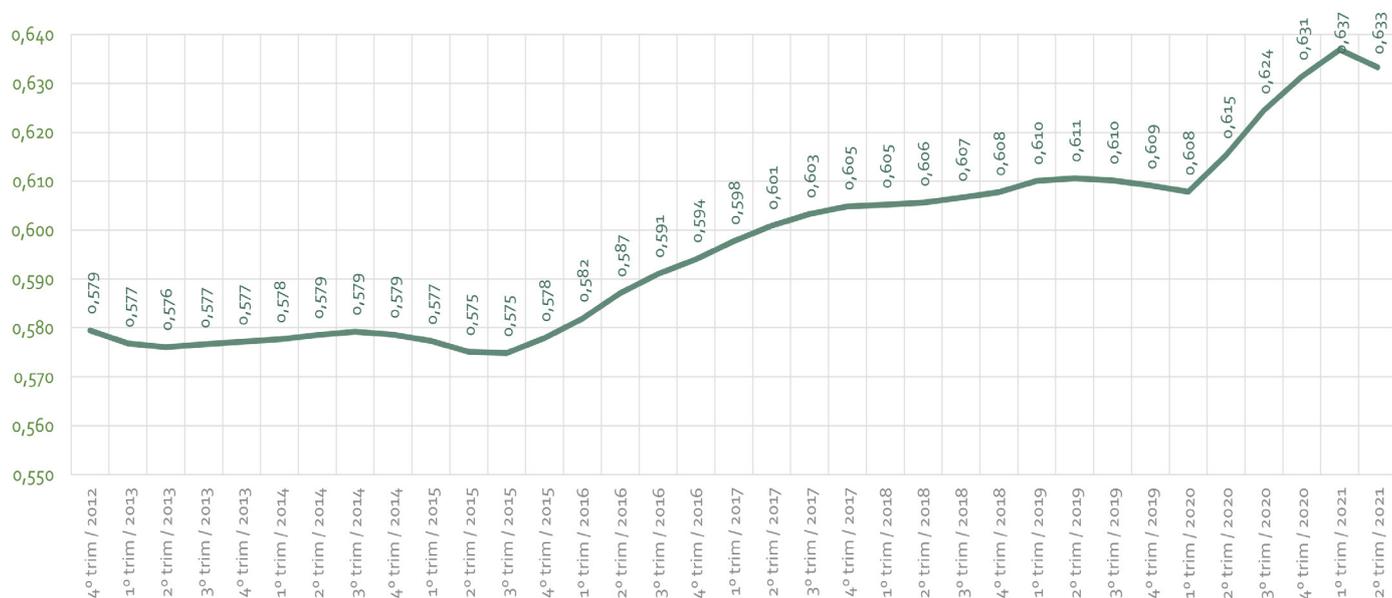


FIGURA 2: Evolução da média móvel do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

geográficas Norte, Nordeste⁵, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar a tendência da evolução das desigualdades de cada uma das Regiões Metropolitanas ao longo da série histórica.

No começo da série histórica, no 4º trimestre de 2012, a Região Metropolitana de Manaus apresentava o maior nível de desigualdade medida pelo coeficiente de Gini entre as metrópoles da região Norte, com nível de 0,604 na média móvel de quatro trimestres. Em segundo lugar estava Macapá, com Gini de 0,565 e, por último, Belém, com Gini de 0,548. Apesar de alguns momentos de aproximação ou mesmo ultrapassagem do nível de desigualdades de Belém em relação à Macapá, aquelas posições permaneceram até o 3º trimestre de 2018, quando a Região Metropolitana de Belém ultrapassou o Gini da Região Metropolitana de Manaus, invertendo as posições até o final da série histórica. No 2º trimestre de 2021, portanto, a Região Metropolitana de Belém passou a apresentar no maior nível do coeficiente de Gini, registrando 0,656, seguida pela Região Metropolitana de Manaus [0,624] e, por último, a Região Metropolitana de Macapá [0,590].

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste I

5 Em função do grande número de regiões metropolitanas no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

apresentaram trajetórias muito semelhantes ao longo da série histórica, com exceção da Região Metropolitana da Grande São Luís, que entre 2014 e 2017 registrou um patamar menos elevado de desigualdade. Entre o quarto trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2021 todas as Regiões Metropolitanas apresentaram aumento no coeficiente de Gini, porém a ordem entre elas sofreu alteração. No começo da série, em ordem decrescente estavam: João Pessoa [0,607], Natal [0,598], Teresina [0,597], Fortaleza [0,574] e Grande São Luís [0,558]. No final da série histórica, em ordem decrescente, tínhamos: João Pessoa [0,722], Fortaleza [0,652], Natal [0,627], Grande São Luís [0,613] e Teresina [0,608]. Destaca-se aqui os efeitos da pandemia sobre a desigualdade na Região Metropolitana de João Pessoa, que cresceu 8,5% ao longo do ano de 2020, alcançando o maior valor registrado para qualquer metrópole em toda a série histórica.

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste II também possuem trajetórias semelhantes ao longo da série histórica, apesar de certas oscilações entre um trimestre e outro. No 4º trimestre de 2012, a ordem decrescente entre elas era: Recife [0,650], Salvador [0,609], Aracaju [0,602] e Maceió [0,585]. No 2º trimestre de 2021, observa-se que houve elevação do nível de desigualdades em todas elas, porém com mudanças na ordem relativa: Recife [0,688], Aracaju [0,673], Maceió [0,657] e Salvador [0,653].

Na região Sudeste se nota elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Grande Vitória nos últimos anos. Nesta região geográfica se verifica a elevação acentuada da média móvel ao longo de 2020, chegando ao maior valor da série histórica nas quatro regiões no 1º trimestre de 2021, seguida de uma leve redução ou estabilidade no trimestre seguinte.

No caso do Rio de Janeiro, o comportamento de elevação da média móvel do Gini começou no 4º trimestre de 2015 - quando era de 0,586 – e subiu de modo praticamente ininterrupto (e especialmente acentuado ao longo de 2020) até o 1º trimestre de 2021 – quando chegou a 0,687, com o aumento de 7,8% em um ano. Já para São Paulo, a tendência de subida se iniciou no 4º trimestre de 2013 – quando a média móvel era de 0,574 -, chegando até o valor de 0,657 no 1º trimestre de 2021, com algumas interrupções desse comportamento ao longo do período. Nas duas regiões se registrou uma redução de menos de 1% do coeficiente entre o 1º e 2º trimestres de 2021.

A região Sul apresentou os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se manteve abaixo de 0,6 para as três Regiões Metropolitanas até 2020, quando esse

patamar foi superado pela Região Metropolitana de Porto Alegre - que alcançou a média móvel do Gini de 0,631. Ao longo do período, a Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou a maior desigualdade, seguida por Curitiba e por Florianópolis. O ano de 2020 elevou o coeficiente de Gini não só na Região Metropolitana de Porto Alegre, de modo que todas as três Regiões alcançaram os maiores valores da série histórica no 1º trimestre de 2021 e, apesar das leves reduções no 2º trimestre, registram ainda valores bastante superiores àqueles de 2019.

Constatamos que a região Centro-Oeste apresentou a maior disparidade interna entre suas Regiões Metropolitanas, com a distância no comportamento da desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas Regiões Metropolitanas. As Regiões Metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentaram índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016, quando a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá reverteu o comportamento do seu coeficiente de Gini e passou por um crescimento constante da desigualdade, chegando a valores próximos aos do Distrito Federal em 2020. No 3º trimestre de 2014 a média móvel do Gini era de 0,505 no Vale do Rio Cuiabá, e no 4º trimestre de 2017 chegou a 0,561. A Região Metropolitana de Goiânia sofreu um grande aumento da desigualdade de renda ao longo de 2020, com a média móvel do coeficiente de Gini variando entre 0,536 e 0,594 entre o 1º trimestre

de 2020 e o 1º trimestre de 2021. Esse crescimento acentuado de 10,7% no ano fez com que o Gini da Região Metropolitana de Goiânia superasse o Gini do Vale do Rio Cuiabá, se situando como a segunda Região Metropolitana mais desigual da região Centro-Oeste.

Na figura 4, está exposta a média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas e para o seu conjunto, observada no 1º trimestre de 2020 e nos 1º e 2º trimestres de 2021. Nela é possível, portanto, comparar o período imediatamente anterior à Pandemia da Covid-19 (1º trim/2020), o período de um ano posterior ao início de seu impacto na sociedade brasileira (1º trim/2021), e o último trimestre para o qual temos dados divulgados (2º trim/2021)

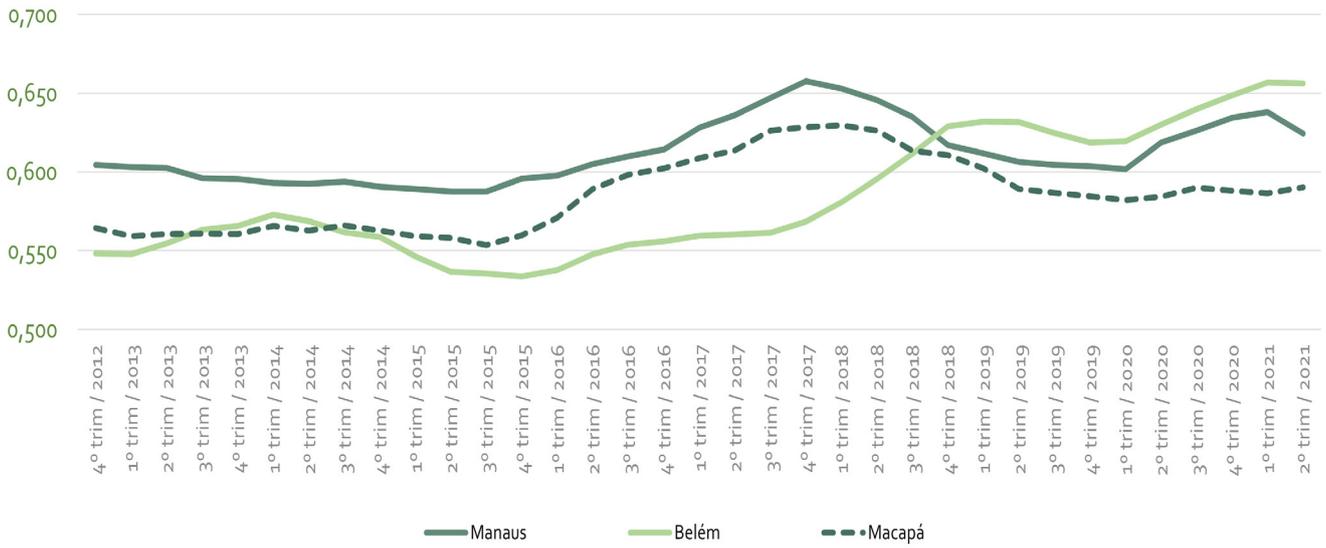
Na comparação entre os dois primeiros trimestres de 2021, a desigualdade de renda apresentou uma ligeira redução, inferior a 1%, caindo de 0,637 para 0,633 na média das Regiões Metropolitanas. Esse comportamento se verificou em quase todas as Regiões, com a maior redução alcançando 3% na Região Metropolitana de Teresina. Algumas Regiões Metropolitanas ainda apresentaram ligeira elevação no coeficiente de Gini, como as Regiões Metropolitanas de Natal, Distrito Federal, Macapá, Recife, Florianópolis e Aracaju. Embora essa situação se contraste com o ocorrido entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, em que o coeficiente de Gini subiu 4,8% para

a média das Regiões Metropolitanas, no 2º trimestre de 2021 se registra ainda taxas muito altas de desigualdade de renda, sendo mais elevadas que aquelas anteriores à pandemia.

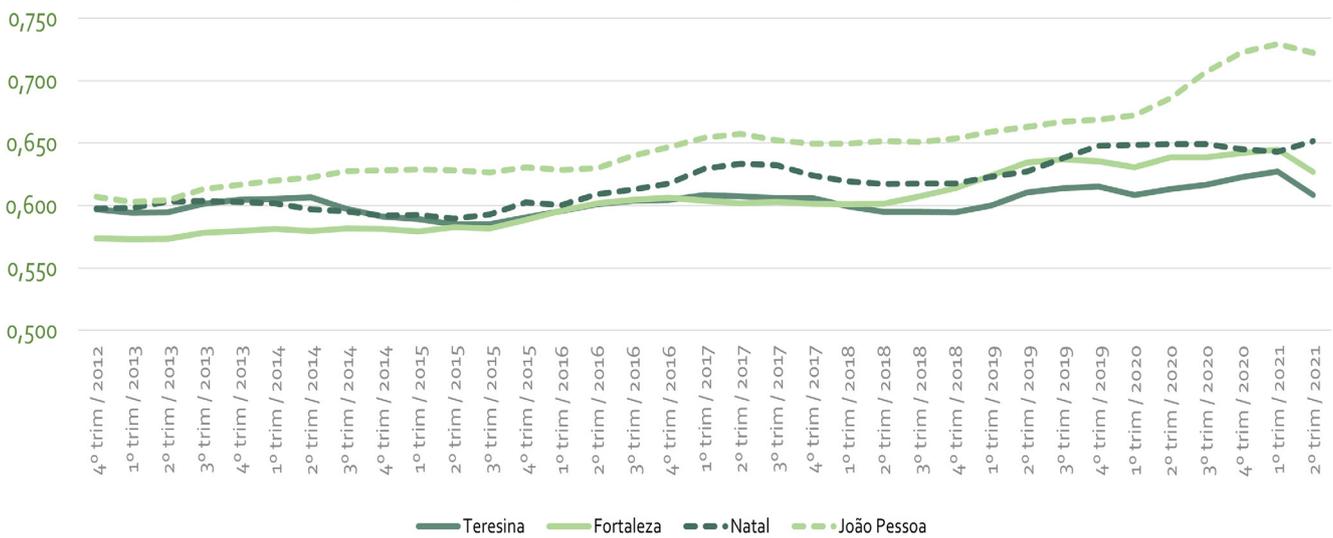
Portanto, o quadro geral é de um acentuado aumento das desigualdades desde o segundo trimestre de 2020, com uma tendência recente muito tímida de redução, ainda insuficiente para nos aproximar dos patamares anteriores à pandemia.

As cinco metrópoles mais desiguais no 2º trimestre de 2021 foram, em ordem decrescente de desigualdade de renda: João Pessoa [0,722], Recife [0,688], Rio de Janeiro [0,685], Aracaju [0,673] e Maceió [0,657]. Já as cinco metrópoles menos desiguais, em ordem decrescente de desigualdade de renda, foram as seguintes: Florianópolis [0,594], Goiânia [0,591], Macapá [0,590], Curitiba [0,581] e Vale do Rio Cuiabá [0,571].

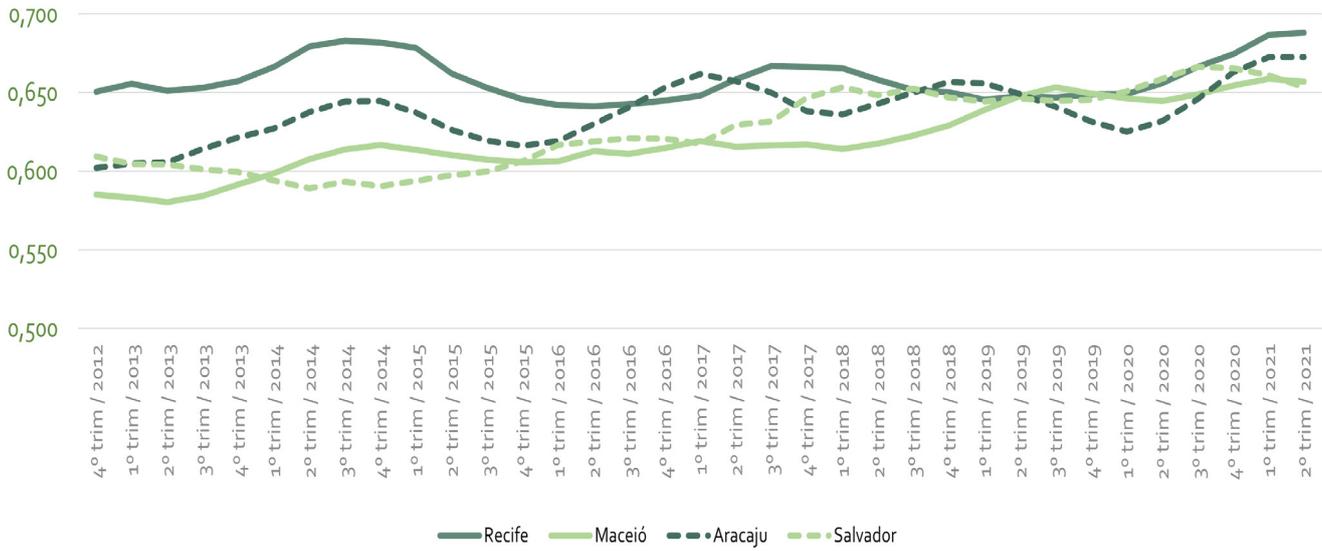
Região Norte



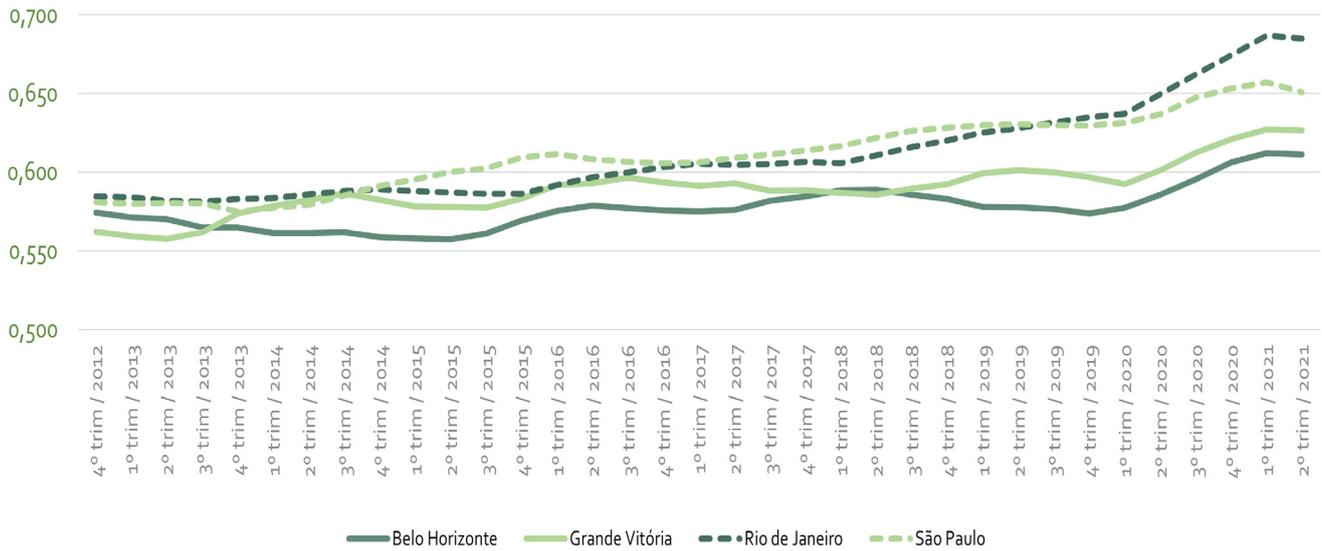
Região Nordeste I



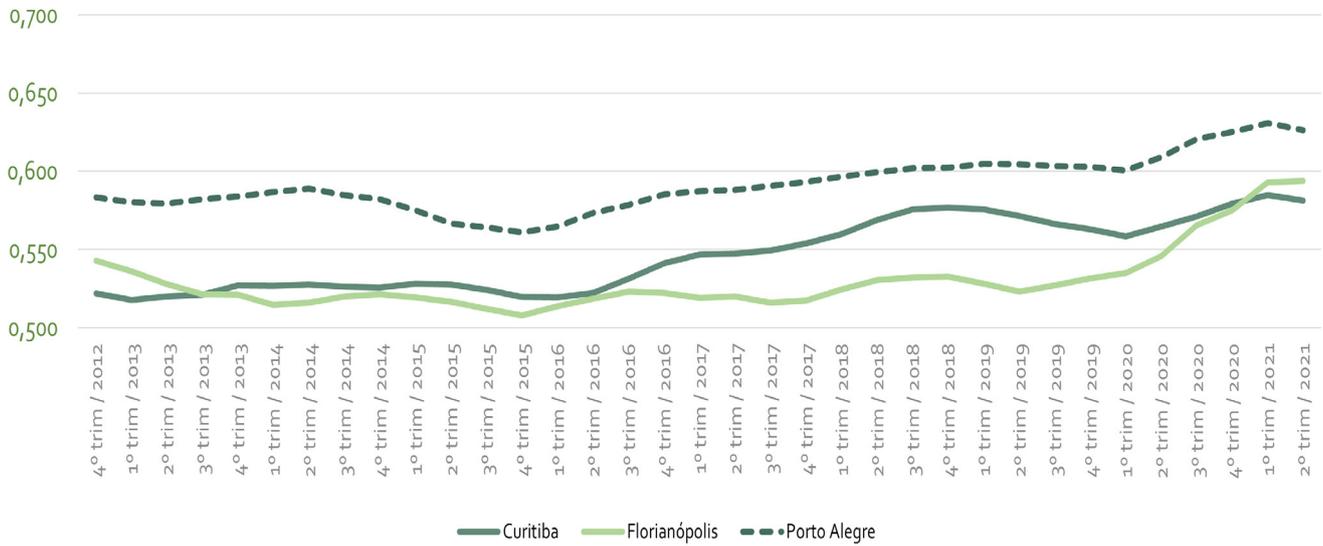
Região Nordeste II



Região Sudeste



Região Sul



Região Centro-Oeste

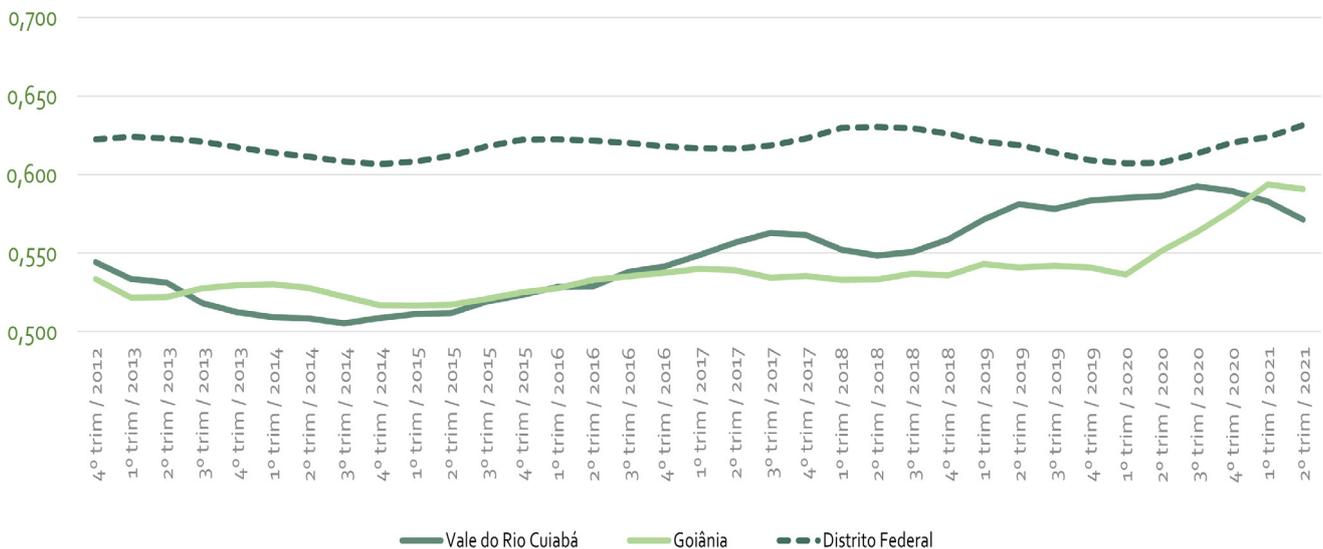


FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

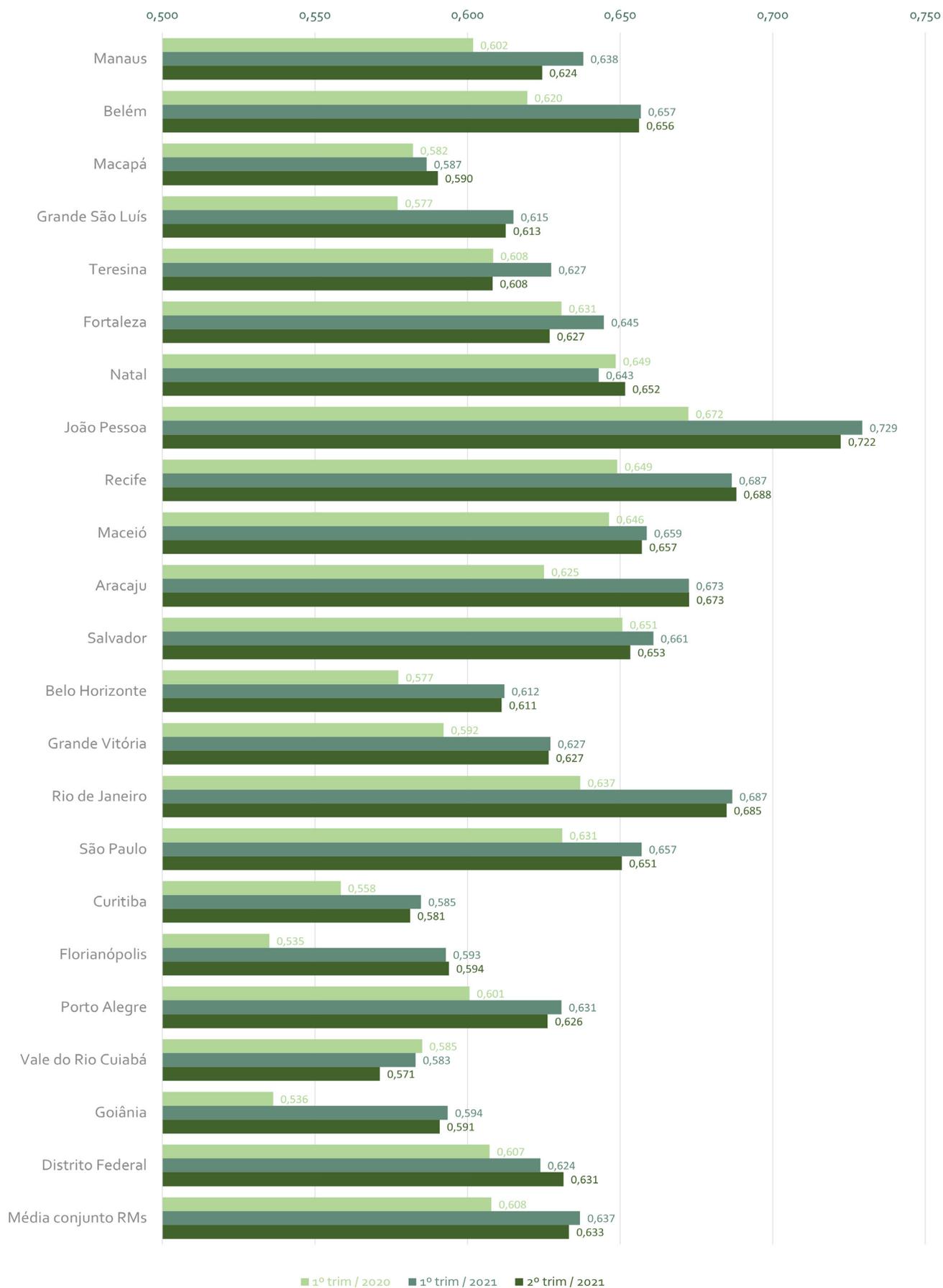


FIGURA 4: Coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda⁶: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade de uma distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social.

Na figura 5 está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das RMs. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, se reduziu entre 2014 e 2017 e cresceu novamente entre 2017 e 2019, quando começou a cair e passou a sofrer uma queda brusca em 2020, principalmente entre o 1º e 2º trimestres –

como efeito da pandemia. No 1º trimestre de 2020 o rendimento médio no conjunto das metrópoles, corrigido pela taxa de inflação, era de R\$ 1.451,17, caindo para R\$ 1.347,48 no 2º trimestre do mesmo ano – queda de 7%. Entre o 2º e 3º trimestres o rendimento médio se manteve praticamente estável. Porém, voltou a cair sucessivamente entre o 3º trimestre de 2020 e o 2º trimestre de 2021, quando atingiu o valor de R\$ 1.326,35 – chegando muito próximo ao registrado no 1º trimestre de 2012. Dessa forma, a queda da renda nos últimos 6 trimestres (desde o 4º trimestre de 2019) mais do que reverteu os ganhos obtidos nos anos anteriores, desde 2017.

Na figura 6 está exposta a média da renda domiciliar per capita para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil e para o seu conjunto no 1º trimestre de 2020 e nos 1º e 2º trimestres de 2021.

Para o conjunto das regiões metropolitanas, a renda domiciliar per capita teve uma queda abrupta entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 e uma queda suave entre o 1º e o 2º trimestres de 2021, tendo registrado os valores de R\$ 1.451,17, R\$ 1.328,70 e R\$ 1.326,35 nos três momentos, respectivamente. Apenas nas Regiões Metropolitanas de Belém e Macapá, Aracaju, Florianópolis, Belo Horizonte e no Distrito Federal a renda média domiciliar per capita no 2º trimestre de 2021 foi superior à renda registrada no 1º trimestre de 2020. Algumas Regiões Metropolitanas

6 Definidos a partir das informações de rendimento de cada uma das RMs, separadamente.

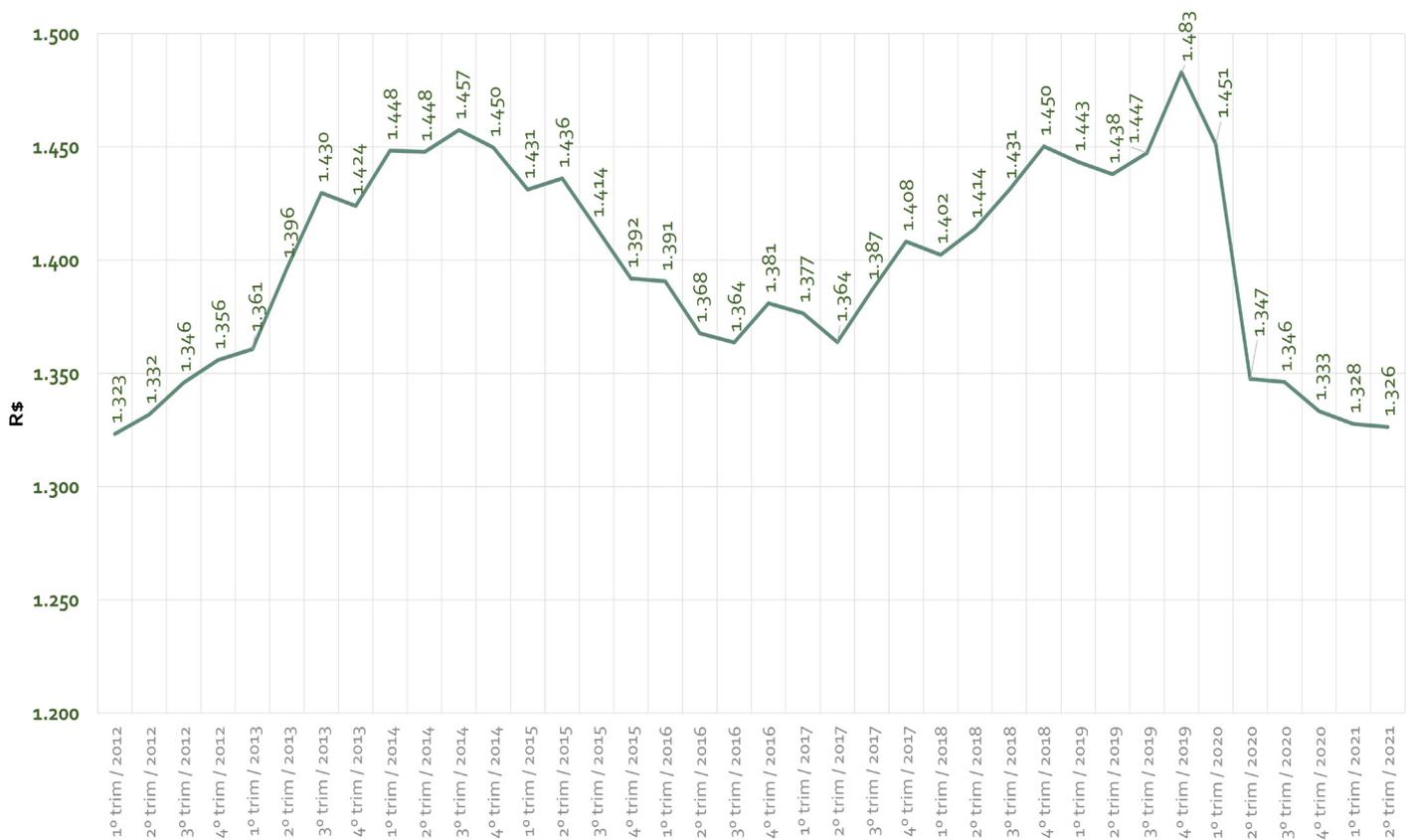


FIGURA 5: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

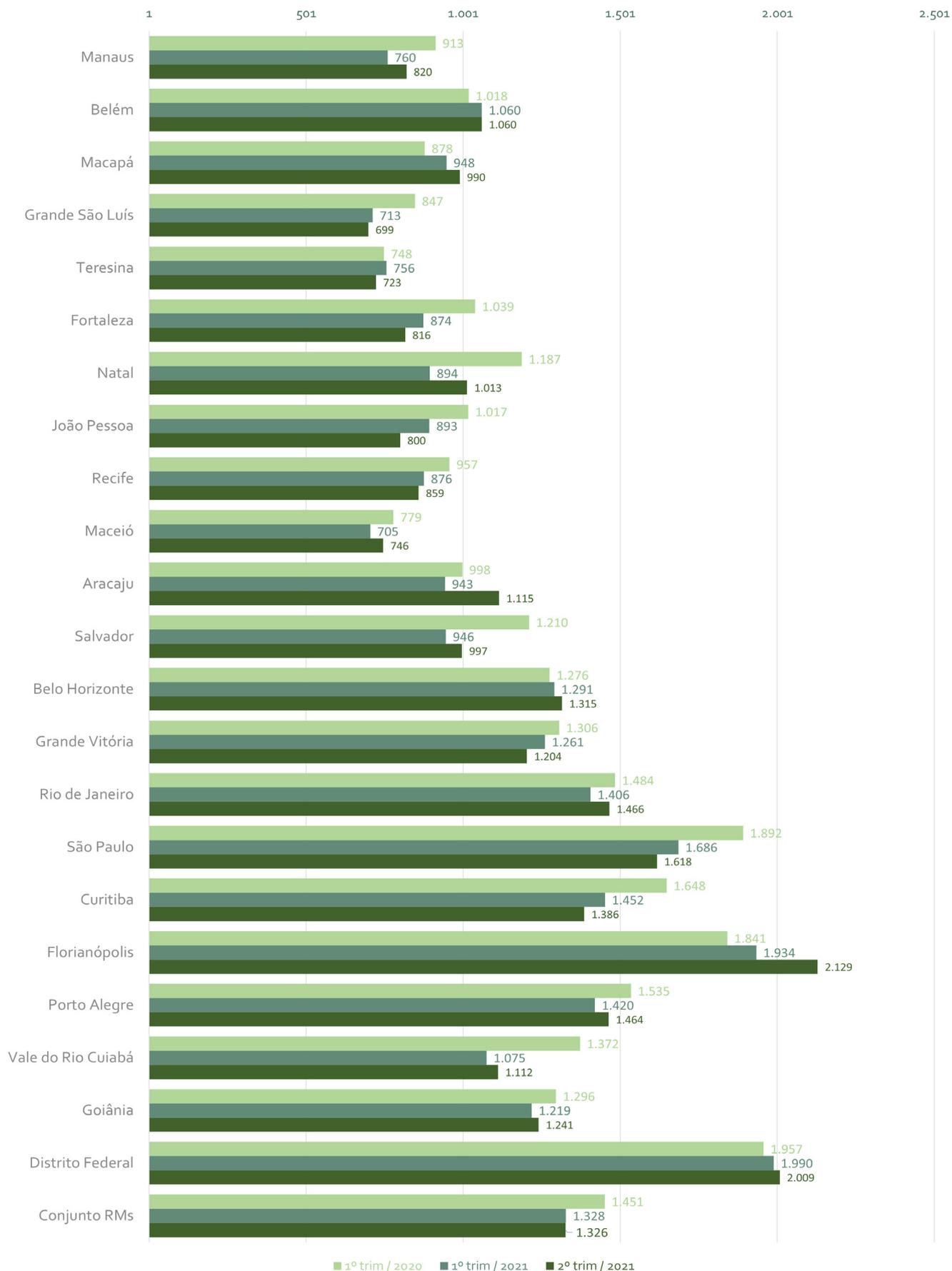


FIGURA 6: Média da renda domiciliar per capita* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

conseguiram aumentar sua renda média domiciliar per capita entre o 1º e o 2º trimestres de 2021, mas não em relação ao 1º trimestre de 2020, são elas: Manaus, Natal, Maceió, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia. As demais Regiões Metropolitanas apresentaram redução da renda média domiciliar per capita na comparação do 2º trimestre de 2021 com o 1º trimestre do mesmo e na comparação daquele trimestre com o 1º trimestre de 2020. Estão nesse rol as Regiões Metropolitanas da Grande São Luís, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Grande Vitória, São Paulo e Curitiba.

Na comparação macrorregional brasileira, as Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média domiciliar per capita no 2º trimestre de 2021 foram aquelas situadas nas regiões Norte e Nordeste. Todas elas apresentaram nível de renda média domiciliar per capita abaixo da média do conjunto das Regiões Metropolitanas. Em ordem crescente, as cinco Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média foram: Grande São Luís [R\$ 698,65], Teresina [R\$ 723,77], Maceió [R\$ 746,11], Fortaleza [R\$ 816,09] e Manaus [R\$ 820,30]. As Regiões Metropolitanas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, situando-se acima da média do conjunto das metrópoles, foram, em ordem decrescente, Florianópolis [R\$ 2.129,20], Distrito Federal [R\$ 2.008,50], São Paulo [R\$ 1.617,68], Rio de Janeiro [R\$ 1.466,07] e Curitiba [R\$ 1.385,85].

Na figura 7 está exposto o rendimento médio per capita segundo os estratos de renda dos 40% da base da distribuição, dos 50% intermediários e dos 10% do topo, para o conjunto das Regiões Metropolitanas, em todos os trimestres do ano de 2020 e nos dois primeiros trimestres do ano de 2021. Ao longo dos trimestres, observamos que o estrato mais pobre de renda teve queda do rendimento médio per capita entre o 1º e o 3º trimestres de 2020, passando de R\$ 227,72 para R\$ 148,27, respectivamente. A partir do 4º trimestre desse ano, verificamos uma elevação contínua de seu rendimento até o 2º trimestre de 2021, quando alcançou o nível de R\$ 177,32. Como pode-se observar, apesar dessa elevação o rendimento médio per capita desse último trimestre não alcançou o nível do rendimento registrado no 1º trimestre de 2020.

Em resumo, desde o quarto trimestre de 2020 registramos uma tendência de aumento da média de renda dos mais pobres, que havia sofrido uma queda abrupta. Mas se trata de uma elevação ainda pequena, e que não faz esse estrato se aproximar do patamar anterior à pandemia.

O comportamento do rendimento médio per capita do estrato intermediário de renda apresentou maior oscilação ao longo desses trimestres. No 1º trimestre de 2020, havia registrado o rendimento médio per capita de R\$ 1.323,24, caindo até o 3º trimestre do mesmo ano para R\$ 1.235,72. A partir do 4º trimestre de 2020

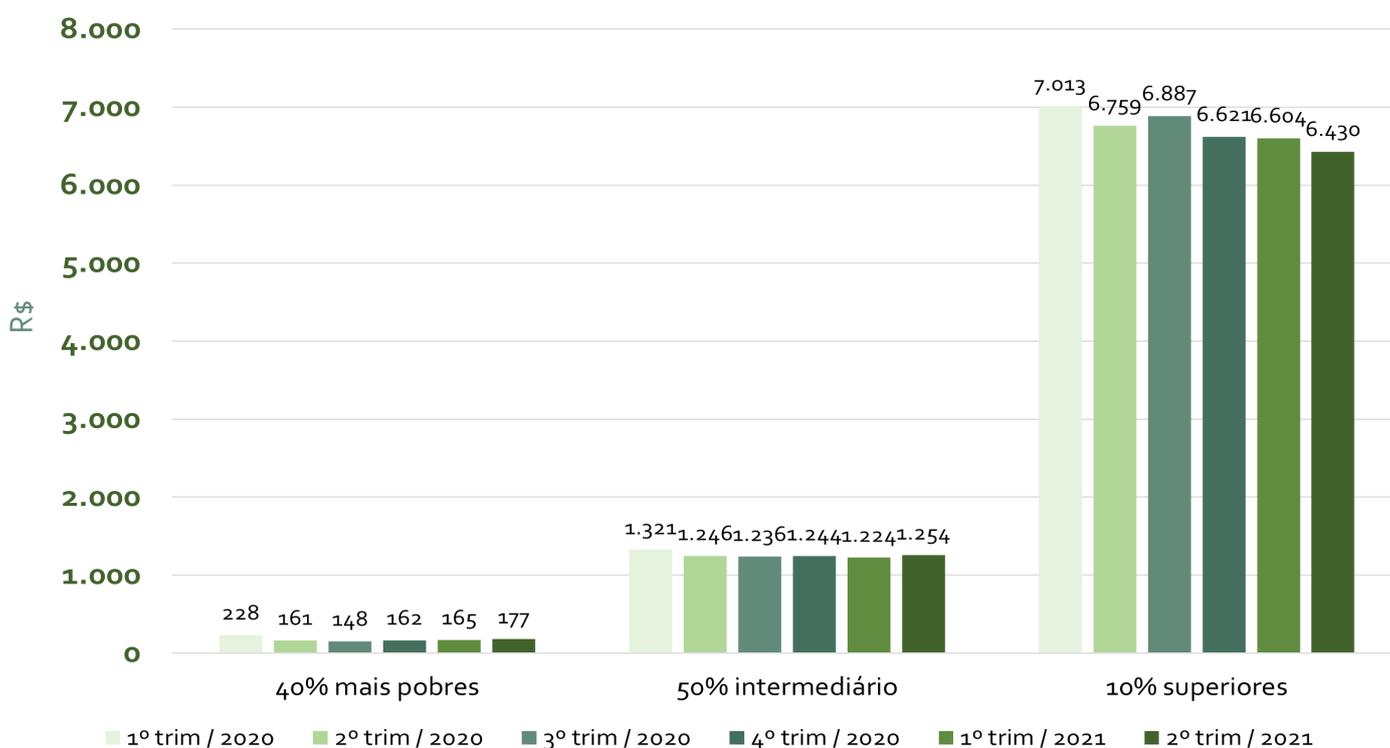


FIGURA 7: Média de rendimentos* por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

voltou a subir, mas registrou queda novamente no 1º trimestre de 2021, voltando a subir no 2º trimestre do mesmo ano, quando atingiu o nível de R\$ 1.253,64. Em nenhum momento ao longo dos trimestres foi registrado o mesmo nível de rendimento médio do 1º trimestre de 2020.

Apesar da oscilação entre do rendimento médio per capita do estrato dos 10% mais ricos entre o 1º e o 3º trimestres de 2020, o comportamento ao longo de todos os trimestres foi de queda do nível de rendimento. No 1º trimestre de 2020, a renda média per capita registrada foi R\$ 7.013,09 e atingiu o valor mais baixo no 2º trimestre de 2021, registrando R\$ 6.429,93. No conjunto das metrópoles, esse foi o único estrato com queda nos rendimentos médios entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021.

Na Figura 8 temos a variação do rendimento médio per capita ao longo de todos os trimestres em que havia a presença da Pandemia da Covid-19 – 2º trimestre de 2020 ao 2º trimestre de 2021 – em relação ao 1º trimestre de 2020, aquele imediatamente anterior à crise sanitária, segundo os estratos de renda. Apesar de todos os estratos de renda terem apresentado redução da renda média ao longo dos últimos trimestre, aqueles que mais perderam foram os que têm os menores rendimentos médios, os 40% mais pobres. No terceiro trimestre de 2020 a renda média do estrato mais baixo era 34% menor do que a encontrada no último trimestre antes da pandemia (1º trim/2020). Desde então a média de renda deste estrato vem se recuperando vagarosamente, de modo que no 2º trimestre de 2020 seus rendimentos médios ainda eram 22% menores em relação ao patamar imediatamente

anterior à pandemia.

O estrato dos 50% intermediários da distribuição de renda apresentou perdas relativas em relação ao 1º trimestre de 2020 em patamares que variaram de -5,1% (2º trimestre de 2021) até -7,4% (1º trimestre de 2021). Já entre os 10% mais ricos se registrou perdas relativas que variaram de -1,8% (3º trimestre de 2020) até -8,3% (2º trimestre de 2021). Se nos primeiros trimestres da Pandemia os mais ricos apresentaram perdas relativas pequenas, um ano depois esse estrato de renda passa também a sentir de modo mais intenso redução no seu nível de rendimento médio, mas ainda muito distante das perdas relativas dos mais pobres. Portanto, apesar de serem registradas perdas em todos os estratos de renda ao longo da pandemia, essas foram muito superiores para os mais pobres.

De acordo com a figura 9, o rendimento médio per capita do estrato dos 40% mais pobres do conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil apresentou crescimento sistemático entre o 1º trimestre de 2012, no início da série histórica, até o 1º trimestre de 2014, quando atingiu o seu valor mais elevado. A partir desse período, apresentou redução sistemática até o 2º trimestre de 2018, atingindo nível de renda inferior ao registrado no começo da série histórica. Entre o 2º trimestre de 2018 e o 4º trimestre de 2019 apresentou aumento, apesar de certas oscilações para baixo ao longo desse período. A partir do 4º trimestre de 2019 o comportamento do rendimento médio foi de queda até 3º trimestre de 2020, tendo reduzido de modo abrupto nesse período e atingido o seu patamar mais baixo durante toda a série histórica. Do 4º trimestre de 2020 em diante voltou a subir o nível do rendimento

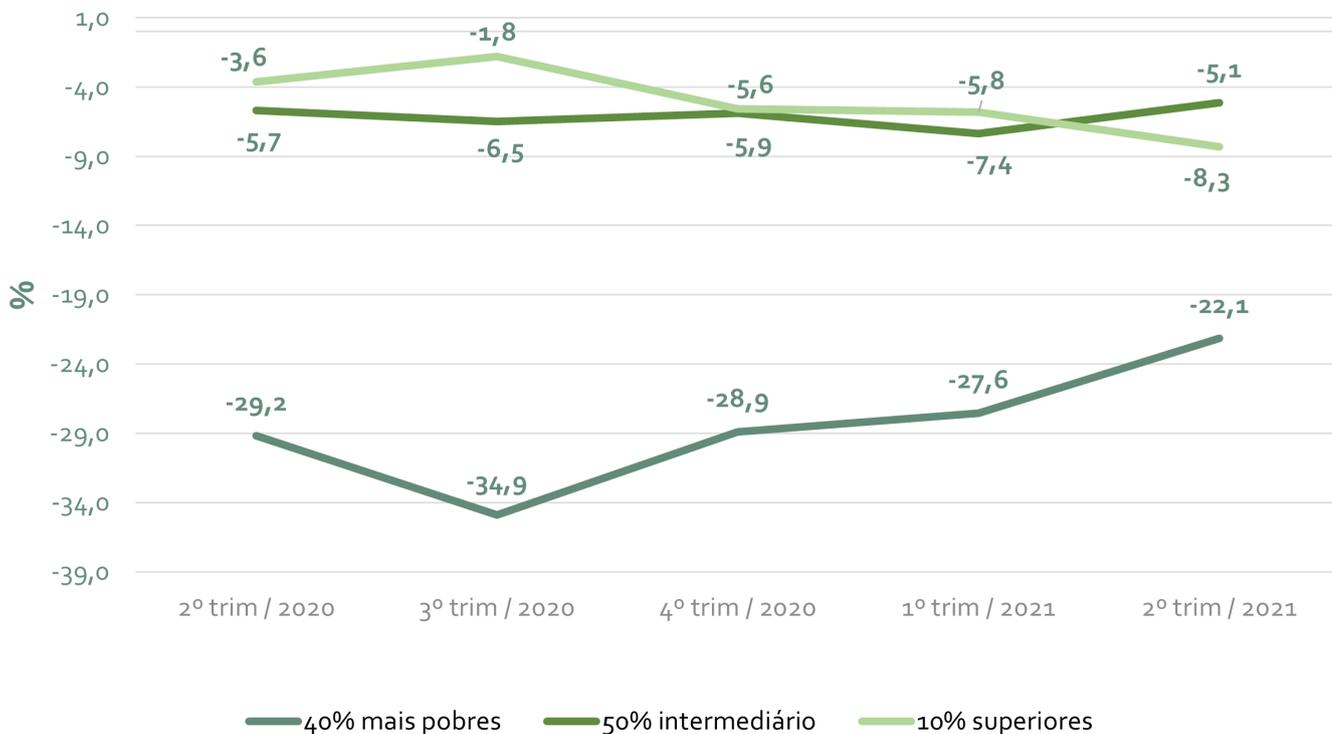


FIGURA 8: Média de rendimentos* em relação ao valor encontrado no 1º trimestre de 2020, por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

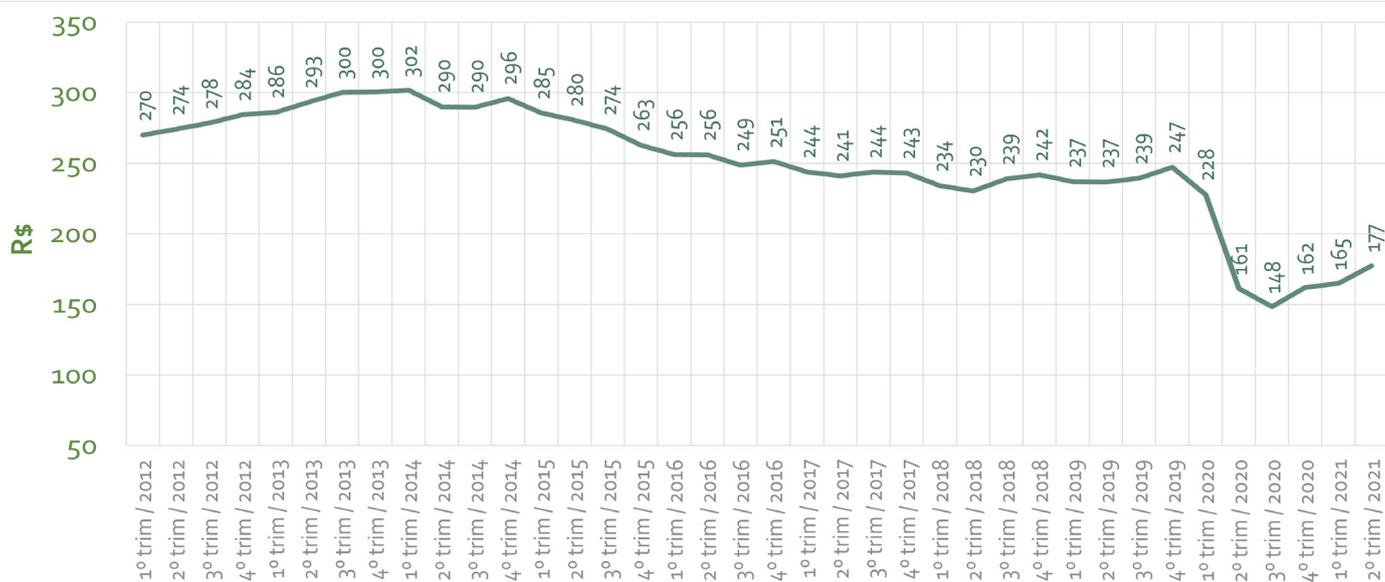


FIGURA 9: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

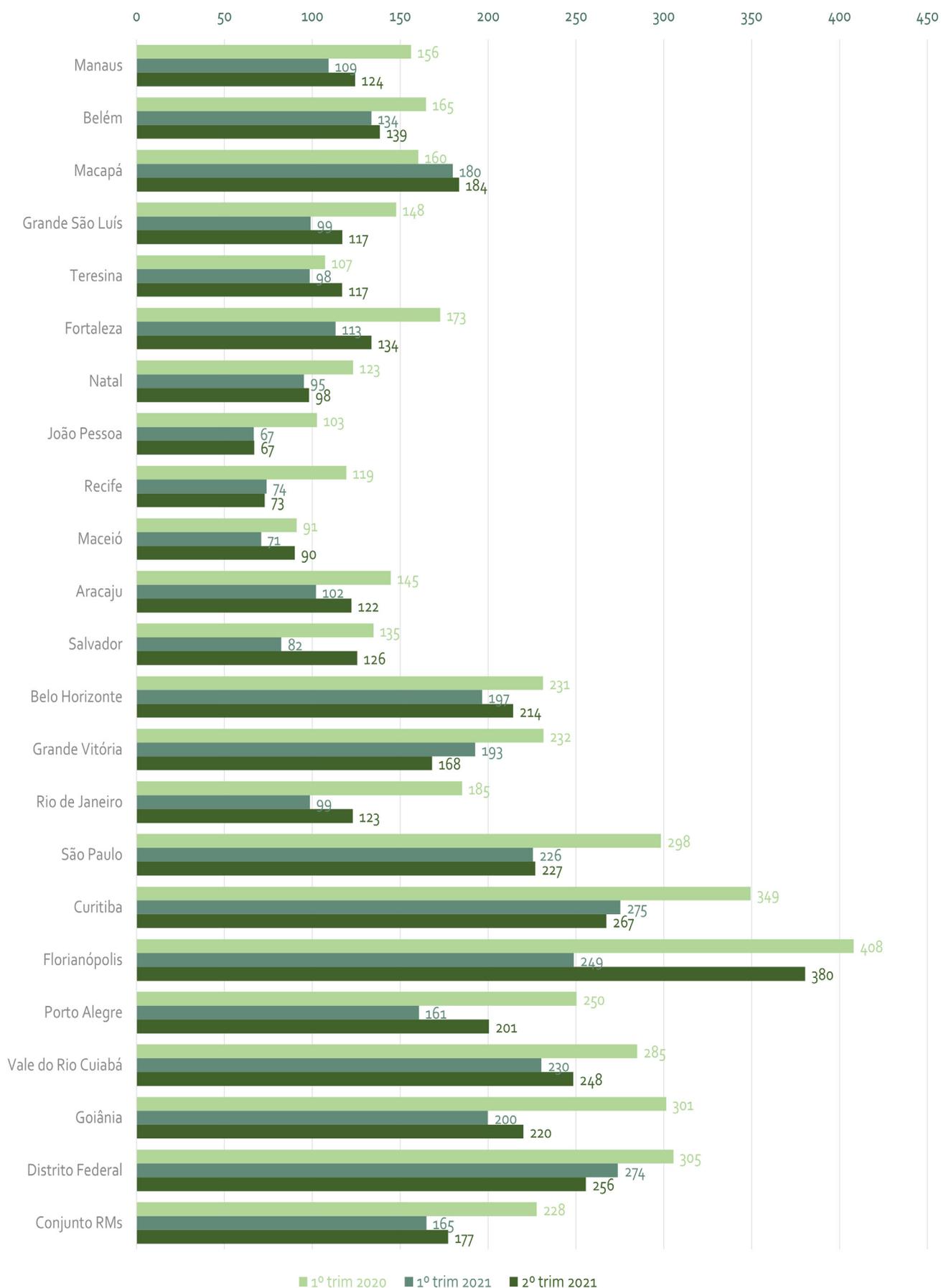


FIGURA 10: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte:: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

médio, tendo atingido o valor de R\$ 177,32, abaixo do que fora registrado no 1º trimestre de 2012, que foi de R\$ 269,89.

A Figura 9, portanto, coloca em perspectiva os enormes efeitos da pandemia sobre a renda dos mais pobres, explicitados na queda abrupta sofrida a partir do 2º trimestre de 2020. Além disso, vemos que tal queda se deu a partir de um patamar já baixo em relação aos momentos mais auspiciosos da série histórica, no ano de 2014. O pior momento da pandemia (3º trimestre 2020) fez a renda média dos mais pobres chegar à 49% do maior valor registrado na série (1º trimestre de 2014). Ainda hoje, no 2º trimestre de 2021, a média de renda desse estrato corresponde à somente 58% daquela encontrada em 2014.

Na figura 10 podemos observar que, na maior parte das Regiões Metropolitanas, o nível de rendimento médio dos 40% mais pobres foi menor no 2º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020, aquele imediatamente anterior à Pandemia da Covid-19, com exceção de Macapá. E na comparação do 2º trimestre de 2021 com o trimestre anterior, a tendência é de aumento do rendimento médio per capita dos 40% da base da distribuição, com exceção de Recife, Grande Vitória, Curitiba e Distrito Federal, que tiveram redução do rendimento médio em relação ao 1º trimestre de 2021. Assim, com algumas exceções, o quadro geral é de grande redução do rendimento dos mais pobres

entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, com tendência de recuperação parcial entre o 1º e o 2º trimestre de 2021.

Em relação às diferenças macrorregionais brasileiras, ao considerar o rendimento médio per capita dos 40% mais pobres, observa-se que abaixo da média do Conjunto das Regiões Metropolitanas estão as metrópoles das regiões Norte e Nordeste, além do Rio de Janeiro e da Grande Vitória, com exceção de Macapá. As cinco Regiões Metropolitanas com os menores rendimentos nesse estrato de renda, em ordem crescente, eram: João Pessoa [R\$ 67,00], Recife [R\$ 73,01], Maceió [R\$ 90,04], Natal [R\$ 98,20] e Teresina [R\$ 117,02]. As demais Regiões Metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram rendimento médio acima do Conjunto das Regiões Metropolitanas. Aquelas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, em ordem decrescente, foram: Florianópolis [R\$ 380,48], Curitiba [R\$ 267,28], Distrito Federal [R\$ 255,65], Vale do Rio Cuiabá [R\$ 248,46] e São Paulo [R\$ 226,91].

A evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), para o Conjunto das Regiões Metropolitanas, está plotada na figura 11⁷.

7 A fim de garantir maior estabilidade na medida, utilizamos as médias móveis (4 trimestres) para o cálculo da razão de rendimentos.



FIGURA 11: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

de rendimento. Apesar de alguma oscilação no começo da série histórica, no 1º trimestre de 2012 essa razão era de 22,1, alcançando a razão de 23 no 3º trimestre de 2015. Isso significa que nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 23 vezes mais do que a população da base da distribuição. A partir do 3º trimestre de 2015 passou a ocorrer elevação suave e contínua da razão de rendimento até o 1º trimestre de 2019, quando essa razão voltou a se estabilizar, porém em patamar mais elevado - nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 29,2 vezes mais que a população da base da distribuição.

Do 1º trimestre de 2020 até o último trimestre do ano a razão de rendimento passou a se elevar novamente, mas de maneira muito abrupta - a razão no começo de 2020 era de 29,6 e alcançou o patamar de 42,3 no 1º trimestre de 2021. Entre o 1º e o 2º trimestre de 2021 essa razão de rendimentos teve uma suave redução, mas com valor superior ao do 4º trimestre de 2020. Isso demonstra que, apesar de todos os estratos de renda terem perdido rendimento no ano de 2020, a ampliação da desigualdade anteriormente observada pelo coeficiente de Gini decorreu de perdas muito mais acentuadas para o estrato de menor renda, os 40% da base da distribuição e que a redução nas desigualdades registradas no último trimestre ainda é muito pequena comparada ao crescimento ocorrido ao longo de 2020.

Na figura 12 são apresentadas as razões de rendimento entre os 10% do topo da distribuição e os 40% da base da distribuição para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras no 1º trimestre de 2020 e nos 1º e 2º trimestres de 2021. Para o Conjunto das Regiões Metropolitanas ocorreu uma grande elevação da razão de rendimento entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, seguido de uma leve redução no 2º trimestre de 2021, chegando a uma razão de rendimentos de 40,7. Isso significa que os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 40,7 vezes mais que os 40% da base da distribuição.

Esse comportamento ocorreu também na maioria das Regiões Metropolitanas, em que a razão de rendimentos caiu no 2º trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior, mas ainda registrou valores superiores ao 1º trimestre de 2020, com destaque para as Regiões Metropolitanas de João Pessoa e do Rio de Janeiro, em que os 10% mais ricos tiveram, respectivamente, rendimentos de 89,4 e 71,3 vezes superiores do que aos 40% mais pobres, em patamares muito mais elevados do que no 1º trimestre de 2020.

As cinco Regiões Metropolitanas com as maiores razões de rendimento no 2º trimestre de 2021 foram, em ordem decrescente, João Pessoa [89,4], Rio de Janeiro [71,3], Recife [64,8], Aracaju [54,4] e Maceió [51,0]. No extremo oposto, as Regiões Metropolitanas em que a razão de rendimentos no 1º trimestre de de

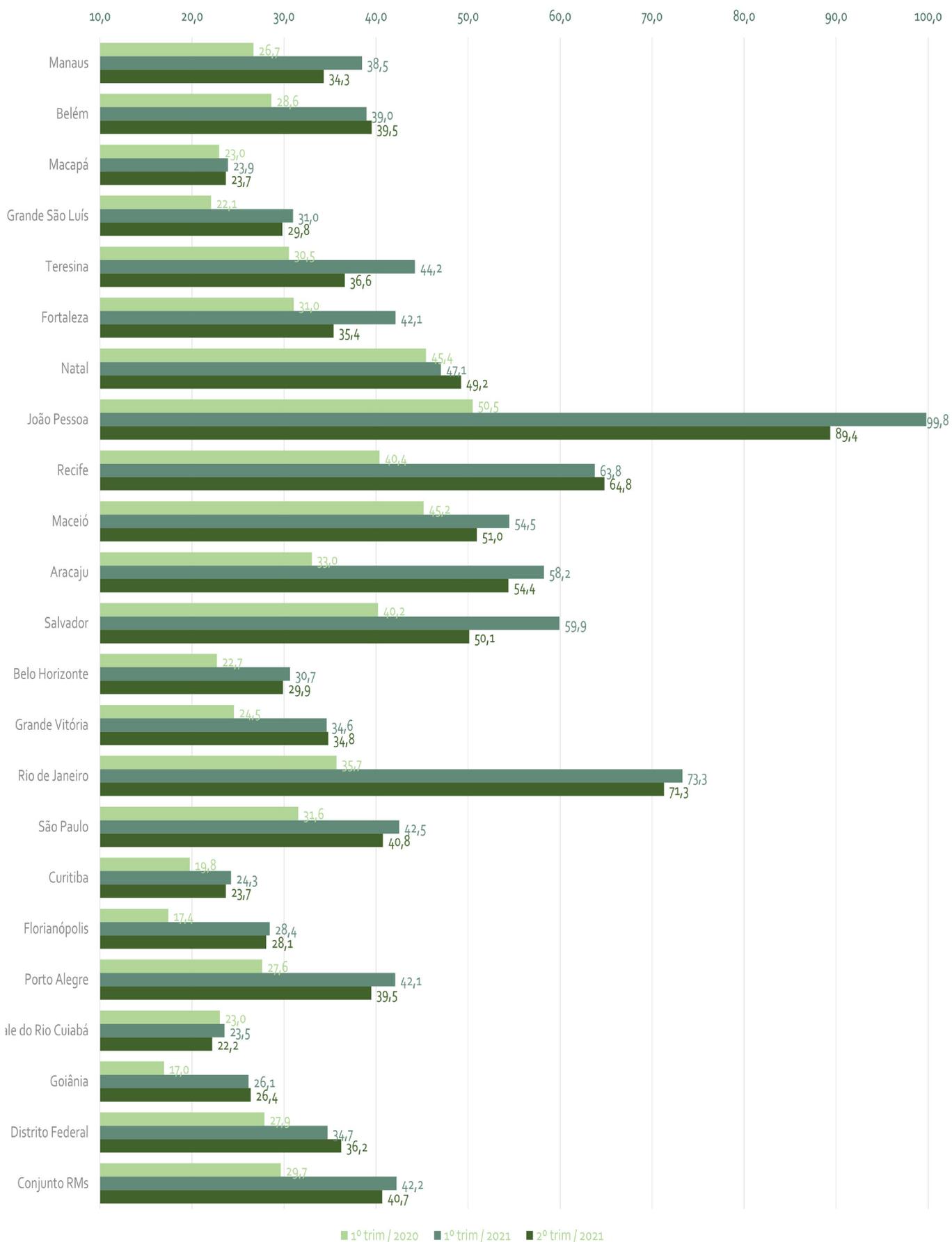


FIGURA 12: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA)

2021 apresentavam os menores níveis eram, em ordem decrescente, Florianópolis [28,1], Goiânia [26,4], Macapá [23,7], Curitiba [23,7] e Vale do Rio Cuiabá [22,2].

Em relação ao 1º trimestre de 2020, momento anterior a pandemia, a razão de rendimento observada no 2º trimestre de 2021 apresentou crescimento e indicou aumento da desigualdade em quase todas as metrópoles. Porém, a taxa de crescimento variou bastante entre elas. As Regiões Metropolitanas que apresentaram maior crescimento da razão de rendimentos no período foram Rio de Janeiro [99,6%], João Pessoa [76,9%], Aracaju [64,7%], Florianópolis [61,0%] e Recife [60,5%]. Já as Regiões Metropolitanas que tiveram os menores crescimentos dessa razão de rendimento no período foram Fortaleza [14,0%], Maceió [12,8%], Natal [8,4%], Macapá [3,1%] e Vale do Rio Cuiabá, que foi a única metrópole que registrou redução da razão de rendimentos no período na taxa de 3,6%.

04 RENDIMENTOS ABAIXO DE ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO

Nesta seção são apresentados os dados relativos à parcela da população que tem rendimentos abaixo de um quarto do salário-mínimo. Assim, buscamos mensurar a parcela da população sujeita à situação de vulnerabilidade e que vive com rendimentos que podem ser considerados muito baixos. A população nessas condições é constituída pelo conjunto dos indivíduos vivendo em domicílios com rendimento do trabalho per capita inferior a um quarto do salário-mínimo. Tomamos como referência o valor do salário-mínimo de cada trimestre/ano, tendo este valor sido corrigido pelo mesmo deflator de preços que aplicamos aos rendimentos.

Na figura 13 está exposta a evolução do percentual de indivíduos que ganham até ¼ do salário-mínimo para o Conjunto das Regiões Metropolitanas. Se percebe que entre o 1º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2015 essa taxa flutuou entre 18% e 20% com pequenas variações, mas mantendo certa estabilidade. Entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2019, essa taxa sofreu pequenas elevações, chegando a um patamar um pouco mais elevado, flutuando entre 22% e 24%. A partir do 1º trimestre de 2020, aquela taxa sofreu um crescimento expressivo, chegando ao valor mais alto da série história, 31,0% no 3º trimestre de 2020, se estabilizando em cerca de 29%, nos dois trimestres seguintes, e apresentando uma leve redução no 2º trimestre de 2021, com a taxa de 28,1%. Isso significa

que 28,1% dos moradores de nossas metrópoles estão em domicílios cuja renda média per capita é de até ¼ do salário-mínimo.

Em termos absolutos, no 1º trimestre de 2020 tínhamos 20,3 milhões de pessoas abaixo desse nível de rendimentos em nossas metrópoles. Essa cifra sobreabruptamente para 25,7 milhões no 3º trimestre de 2020. E agora, no 2º trimestre de 2021, sofre pequena redução e chega à 23,5 milhões de pessoas. Ou seja, a despeito dessa diminuição no último trimestre, quando comparamos a situação atual (2º trimestre de 2021) com a de antes da pandemia (1º trimestre de 2020) ainda temos um saldo de 3,2 milhões de pessoas adicionais abaixo da linha de ¼ de salário-mínimo.

Na figura 14 estão apresentados os percentuais de indivíduos vivendo em domicílio com rendimento per capita de até ¼ do salário-mínimo, para cada uma das Regiões Metropolitanas, no 1º trimestre de 2020 e nos 1º e 2º trimestres de 2021. Assim como os outros indicadores de desigualdade de renda, em quase todas as regiões metropolitanas e no conjunto delas foi registrado aumento elevado ao longo de 2020 e uma estabilização ou leve redução desse percentual no 2º trimestre de 2021 – mas em geral ainda insuficiente para compensar o aumento durante a pandemia. A taxa de pessoas vivendo com rendimentos inferiores a ¼ do salário-mínimo se manteve mais elevada nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste e mais baixa nas

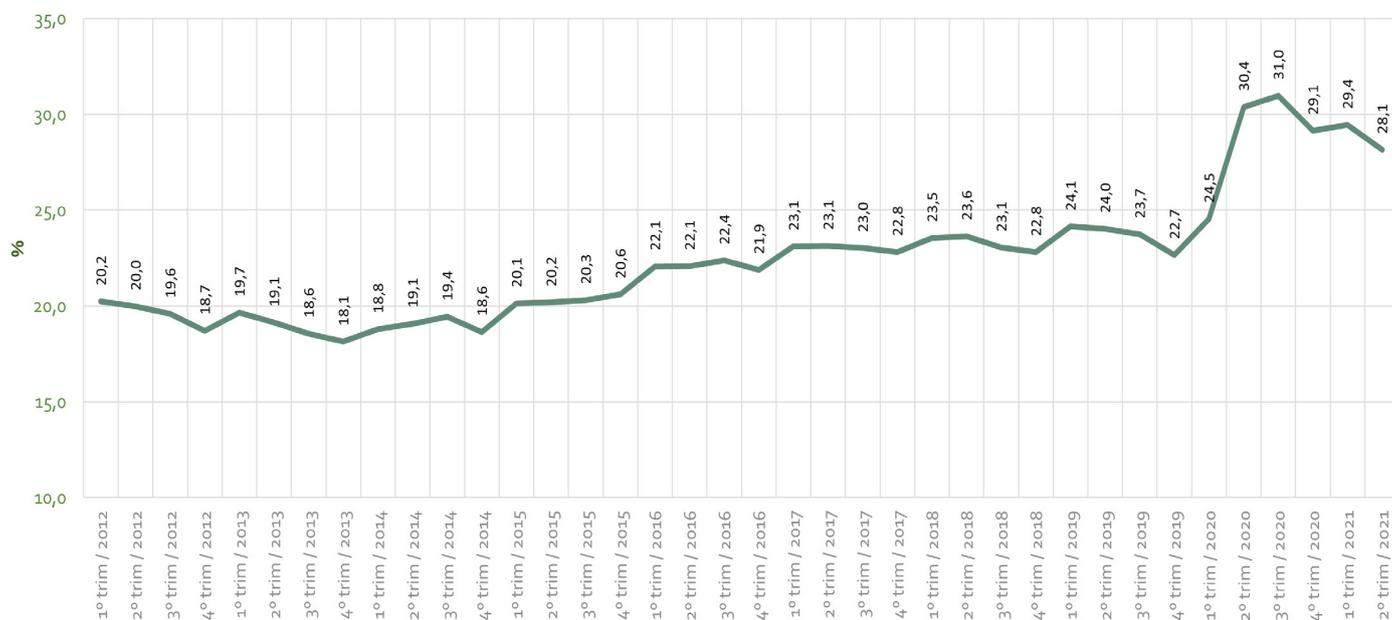


FIGURA 13: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo- Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

regiões metropolitanas do Sul, Sudeste (com exceção da RM do Rio de Janeiro) e Centro-Oeste.

Os maiores percentuais de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo no 2º trimestre de 2021 foram registradas nas Regiões Metropolitanas de João Pessoa [44,2%], Maceió [43,6%], Recife [41,6%], Grande São Luís [38,8%] e Aracaju [38,8%], todas Regiões Metropolitanas do Nordeste. No outro extremo, as Regiões Metropolitanas que registraram as menores taxas foram, em ordem decrescente, São Paulo [23,5%], Vale do Rio Cuiabá [22,1%], Distrito Federal [21,5%], Florianópolis [20,7%] e Curitiba [19,9%].

Além disso, embora essa taxa tenha decrescido na maioria das metrópoles em relação ao 1º trimestre de 2021, ela apresentou valores superiores àqueles registrados no 1º trimestre de 2020, antes da pandemia. Para o Conjunto das Metrôpoles, a elevação entre o 1º trimestre de 2020 e o 2º trimestre de 2021 foi de 23,9% e as Regiões Metropolitanas em que se observaram os maiores aumentos foram Goiânia [44,1%], São Paulo [32,8%], Porto Alegre [31,3%], Florianópolis [29,7%] e Rio de Janeiro [27,6%]. Já as menores elevações da taxa foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Belém [11,8%], Maceió [11,0%], Natal [7,7%], Teresina [2,7%] e Macapá em que foi registrada uma redução de 3,6% na parcela de pessoas nesta situação de vulnerabilidade.

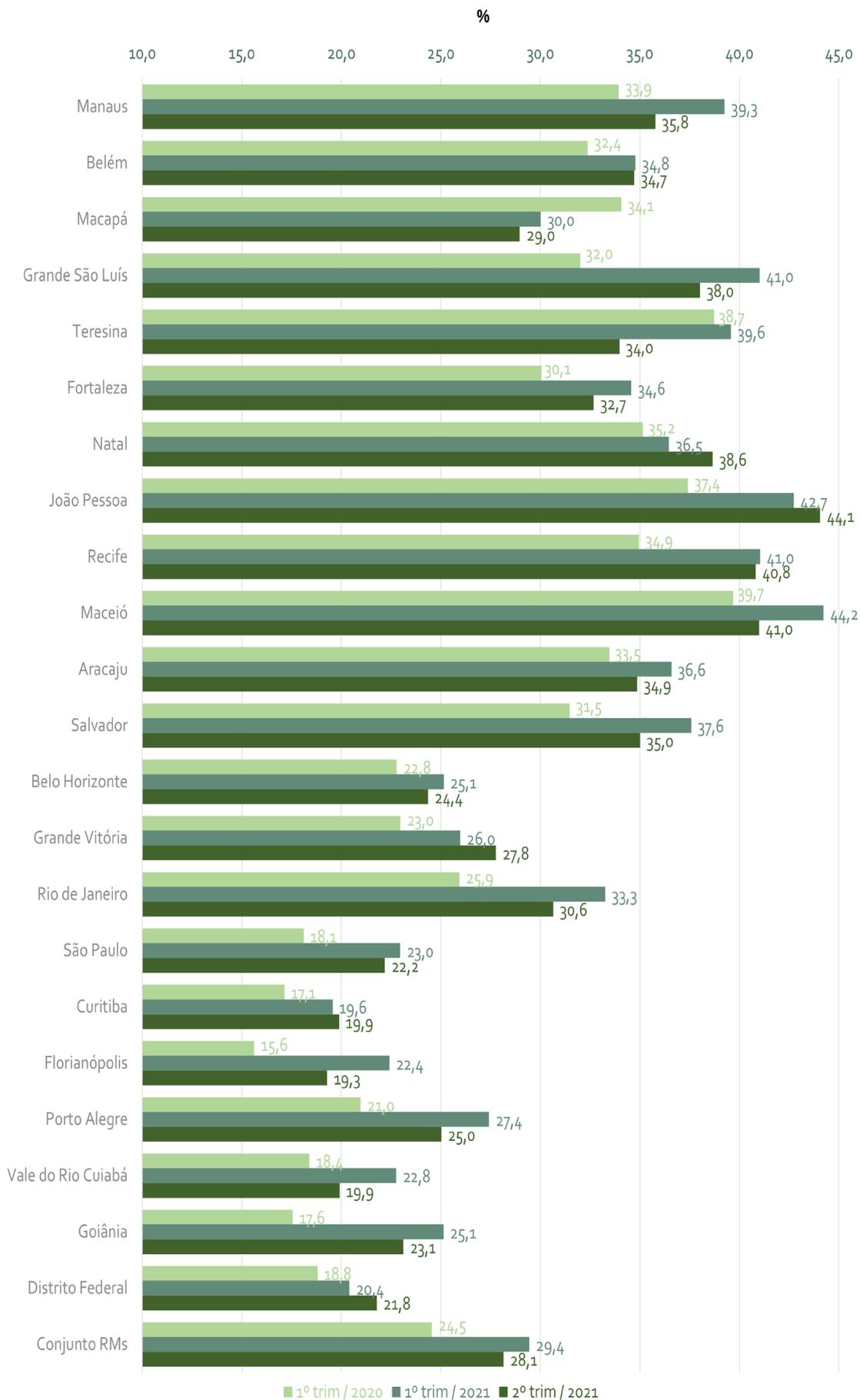


FIGURA 14: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário-mínimo Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

05 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: DESIGUALDADES RACIAIS

As informações complementares sobre desigualdades de renda das Regiões Metropolitanas brasileiras neste Boletim referem-se às desigualdades raciais. Embora existam várias esferas afetadas pelas desigualdades raciais, esse Boletim se concentra na desigualdade de renda e nas diferenças existentes nas médias de rendimentos entre brancos e negros, sendo que estes são considerados como sendo pessoas que se autodeclararam pardas ou pretas.

Na figura 15 está exposta a média móvel dos rendimentos de negros e brancos para o Conjunto das Regiões Metropolitanas. Ao longo de toda a série histórica se percebe um padrão de estabilidade nesse indicador com o rendimento do trabalho da população branca fluando em torno de R\$ 2.000 e os rendimentos da população negra bem abaixo, fluando em cerca de R\$ 1.000, o que significa que, em média, as pessoas brancas ganham duas vezes mais do que as pessoas negras. A partir do 2º trimestre de 2020 foram registradas perdas nos rendimentos nos dois grupos, decorrente das consequências econômicas da Pandemia da Covid-19.

Na figura 16 está apresentada a razão entre o rendimento dos brancos sobre o rendimento dos negros ao longo de toda a série histórica. Essa razão flutuou em torno de 2, indicando que a população branca recebeu duas vezes o rendimento obtido pela população negra. O valor mais baixo desta razão - 1,94 - ocorreu no 2º trimestre de 2014 e a partir de então

cresceu consecutivamente até atingir o maior valor da série - 2,11 - no 3º trimestre de 2017. A razão voltou a cair até meados de 2018 e então se elevou até 2,10 no 2º trimestre de 2020 e desde então vem decrescendo, alcançando 2,04 no 2º trimestre de 2021. Esses dados apontam, portanto, para uma situação de grande desigualdade racial na distribuição dos rendimentos em nossas metrópoles.

Na figura 17 está exposta a razão de rendimento médio entre as pessoas brancas e as pessoas negras para cada uma das regiões metropolitanas do Brasil, para o 2º trimestre de 2021. Embora a média dessa razão para o Conjunto das Regiões Metropolitanas fosse de 1,74, ela varia entre 2,22, observado na Região Metropolitana de São Paulo, e 1,36, observado na Região Metropolitana de Teresina. As cinco Regiões Metropolitanas em que se encontrava maior disparidade de rendimentos eram as de Recife [1,88], Grande Vitória [1,94], Rio de Janeiro [2,07], Salvador [2,15] e São Paulo [2,22]. No outro extremo, as metrópoles com as menores disparidades eram as Regiões Metropolitanas de Teresina [1,36], Florianópolis [1,42], Goiânia [1,46], Macapá [1,48] e Natal [1,53].

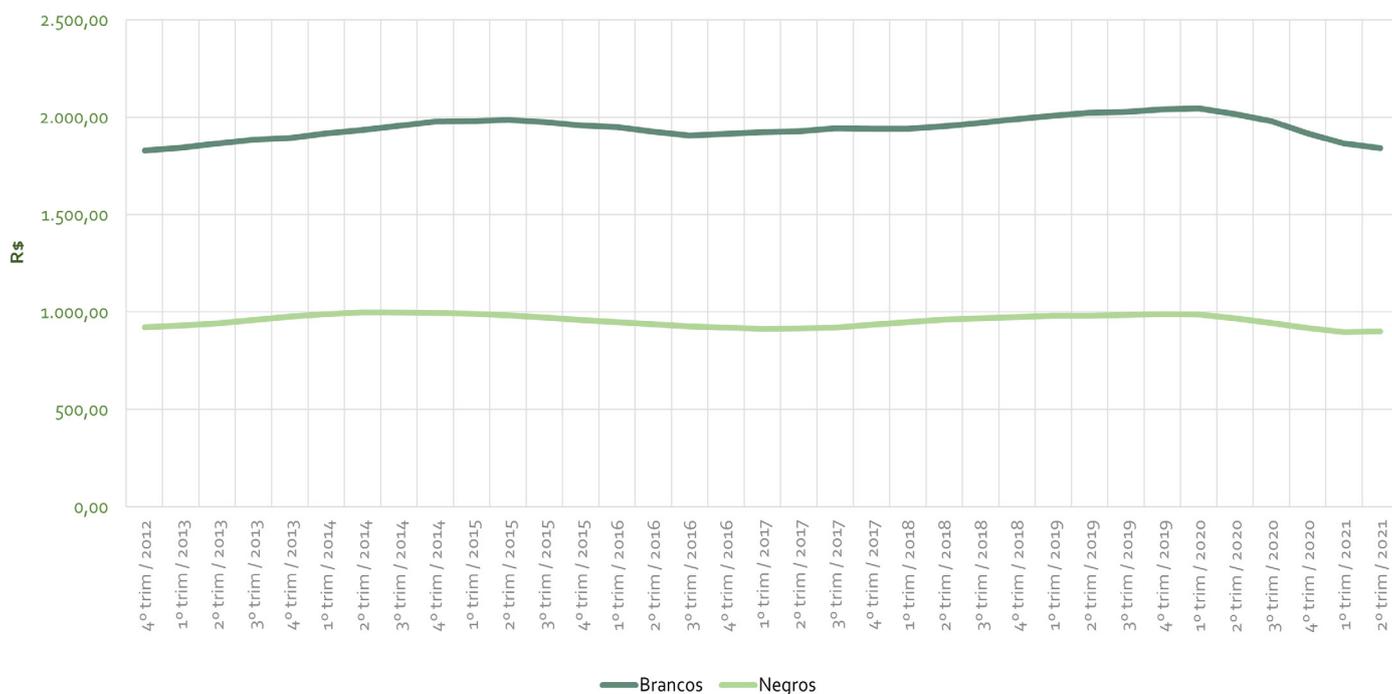


FIGURA 15: Média móvel (quatro trimestres) do rendimento* de negros e brancos - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

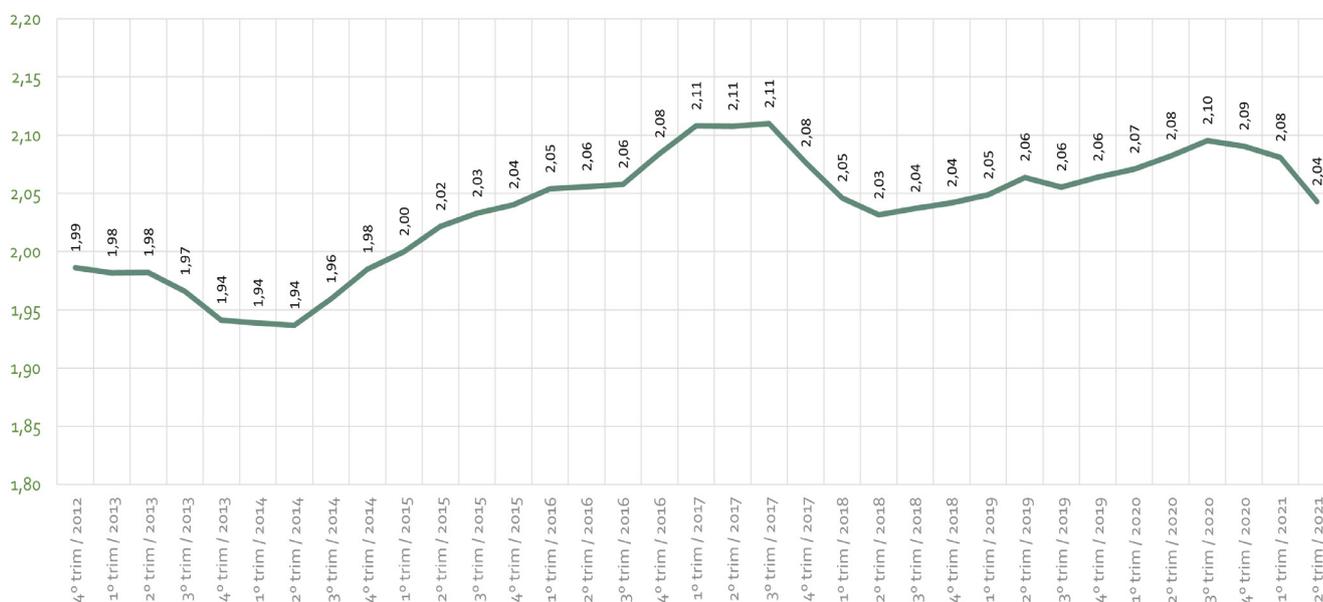


FIGURA 16: Rendimentos médios* dos brancos sobre o dos negros - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

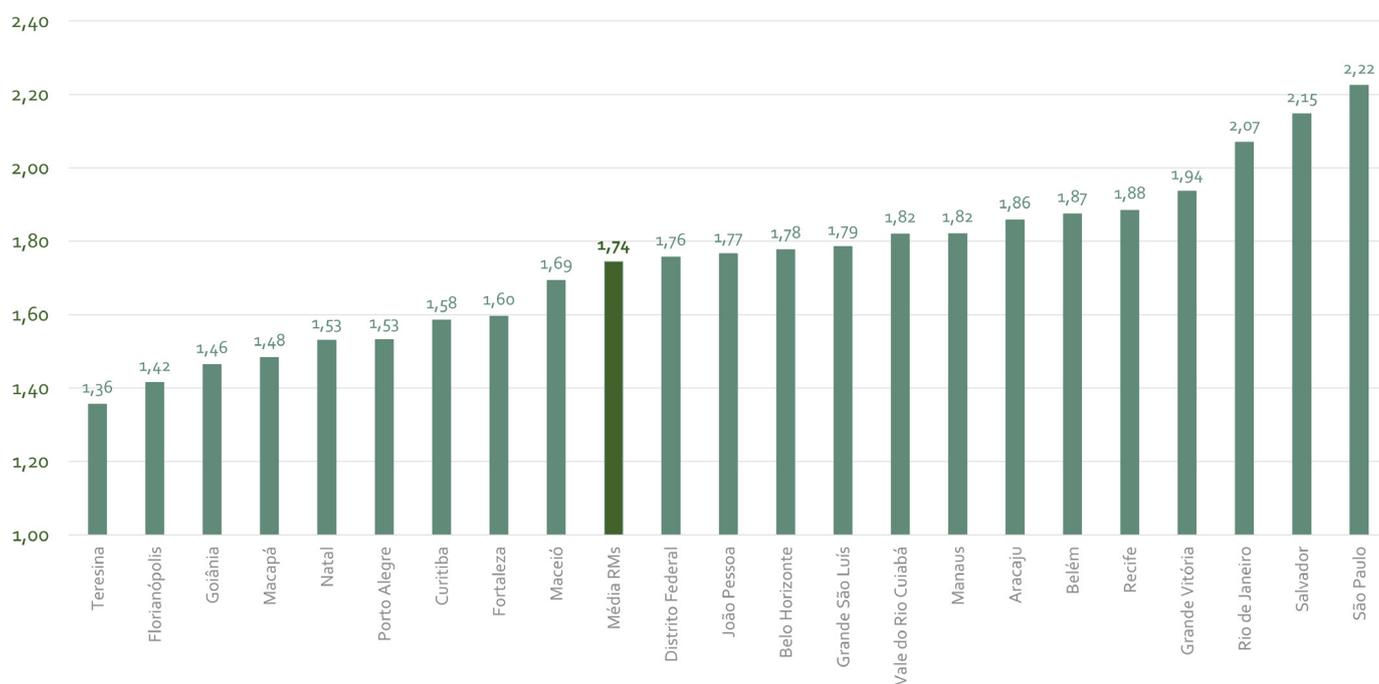


FIGURA 17: Razão do rendimento médio* dos brancos sobre o dos negros no 2º trimestre de 2021 - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

PUCRS



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

